

Paradoxos da Educação Artística e Patrimonial

Contradictions of Art and Heritage Education

MARGARIDA CALADO*

Artigo submetido a 15 de maio 2016 e aprovado a 21 de maio 2016.

*Portugal. Curso de Ciências Pedagógicas (Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (FLUL). Licenciada em História (FLUL) e doutorada em História da Arte (Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH-UNL).

AFILIAÇÃO: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes. Largo da Academia Nacional de Belas-Artes, 1249-058, Lisboa, Portugal. E-mail: m.calado@belasartes.ulisboa.pt

Resumo: Num contexto democrático em que publicamente são debatidos problemas do ensino artístico, a educação e valorização do património histórico, deparamo-nos com uma ausência de publicações dirigidas às camadas menos cultas da sociedade. Em contrapartida, num contexto político de ditadura, com uma população em grande parte analfabeta, lado a lado com edições caras e de luxo, surgem as colecções para o povo.

Palavras chave: Educação Artística e Patrimonial / publicações / educação em ditadura / educação em democracia.

Abstract: *Within a democracy where the problems of art teaching and valuation of historical heritage are publicly discussed, we confirm the absence of editions for the less learned groups in society. On the contrary, under a political dictatorship, with a high average of illiterate people, besides selected editions, appear the people collections.*

Keywords: *Art and Heritage Education / editions / education under dictatorship / education under democracy.*

Desde a Revolução de Abril de 1974 até ao presente, consolidaram-se os valores da democracia. A educação igualitária, para todos, foi talvez uma das maiores conquistas da nossa democracia, consagrada na Constituição da República.

A legislação subsequente veio além disso valorizar a educação artística, que passou a integrar os currículos escolares, embora com outras designações sendo “educação visual” a normalmente adoptada.

Assim, segundo o Decreto-Lei nº 344 / 80 de 2 de Novembro, entre os objectivos da Educação Artística estão:

Estimular e desenvolver as diferentes formas de comunicação e expressão artística, bem como a imaginação criativa, integrando-as de forma a assegurar um desenvolvimento sensorial, motor e afectivo equilibrado.

Promover o conhecimento das diversas linguagens artísticas e proporcionar um conjunto variado de experiências nestas áreas, de modo a estender o âmbito da formação global.

Educar a sensibilidade estética e desenvolver a capacidade crítica.

Fomentar práticas artísticas individuais e de grupo, visando a compreensão das suas linguagens e o estímulo à criatividade, bem como o apoio à ocupação criativa de tempos livres com actividades de natureza artística.

Em nossa opinião, a educação da sensibilidade estética é um dos elementos fundamentais, que se deve basear na fruição das obras de arte. Esta, se for devidamente conduzida, desenvolverá o espírito crítico, criará laços afectivos com o património cultural e artístico e conduzirá ao respeito pelo mesmo.

Paralelamente à educação desenvolvida nas escolas, os serviços educativos dos museus alargaram a sua área de intervenção, multiplicaram iniciativas, sobretudo destinadas às escolas, mas também às famílias, criaram programas de férias e fins de semana.

Ainda numa perspectiva mais abrangente, surgiram academias e universidades de 3ª idade, onde além da prática artística se proporciona aos utentes cursos de história, de história da arte, de estudos culturais. Este tipo de instituições também promove visitas de estudo, algumas de âmbito alargado, abrangendo o património nacional.

Curiosamente, em paralelo, não tem havido oferta bibliográfica de divulgação, embora alguns museus publiquem roteiros e tenham publicações adequadas às crianças. Mas não existem obras dirigidas a quem pretenda ter uma aproximação genérica ao nosso património. A mais resumida história da arte portuguesa, da autoria de Paulo Pereira — *Arte Portuguesa. História Essencial* (2011) tem 832 páginas, a que acresce uma bibliografia.

Paradoxalmente, verificámos que o Estado Novo, num país com uma percentagem elevada de analfabetos (NB: Em 1930 a taxa de analfabetismo era de 61,8% descendo para 49% em 190 e para 40,4% em 1950 [dados de Nóvoa apud Rosas, 1994: 24]), dedicou várias publicações à divulgação do património nacional, que iremos brevemente analisar.

Não vamos considerar a existência de livros de história da arte especificamente destinados ao ensino, porque entendemos aqui abranger apenas o público não estudante, mas não queremos deixar de referir que os mesmos existiam, apesar de não haver uma disciplina específica de história da arte. Assim já em 1922 José Leitão de Barros publicava *Elementos de história da arte: aprovado oficialmente para uso da 4ª e 5ª classes dos Liceus*. [Lisboa. S. n.] (NB: Esclareça-se que se trata dos 4º e 5º anos, correspondentes aos actuais 8º e 9º anos), obra que foi reeditada em 1931, exactamente com o mesmo título (Lisboa: Paulo Guedes imp.), tendo a colaboração do pintor e decorador Martins Barata a nível das ilustrações.

Iremos basear a nossa análise em três edições:

1. Diogo de Macedo (1946) — *Sumário Histórico das Artes Plásticas em Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins (Colecção para o povo e para as escolas)
2. Plano de Educação Popular XII - *Roteiro da Arte Portuguesa*. Colecção Educativa. Série F. Número 1. Campanha Nacional de Educação de Adultos. S. d. [1953]. (NB: Embora sem data, esta edição baseia-se numa portaria com data de 27 de Março de 1953, publicada em Diário de Governo — 2ª série de 2 de Abril do mesmo ano, que aprovou os programas do ensino primário elementar para adultos)
3. Flório de Vasconcelos (1972) — *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo (Biblioteca Básica Verbo 65 — Livros RTP)

Relativamente à primeira obra, importa referir que se trata de uma colecção heterogénea, dirigida pelo professor Eduardo Pinheiro, autor aliás do nº 1 — *O Mundo Antigo* e do nº 7 — *Linguagem e Estilo*, mas existem igualmente livros dedicados à *Puericultura* (nº 5) ou *Construa um aparelho de T. S. F.* (nº 6), tradução pelo mesmo Eduardo Pinheiro de Alain Boursin, apenas para termos ideia da diversidade dos títulos.

Diogo de Macedo (1889-1959), escultor, era na época director do Museu de Arte Contemporânea e segundo o próprio informa numa *Necessária Explicação* introdutória, as páginas então publicadas tinham sido lidas, como palestras, aos microfones da Emissora Nacional, a emissora oficial do Estado Novo.

A obra em questão, de 120 páginas, é ilustrada em extratexto com fotografias a preto e branco e contém igualmente alguns desenhos de arcos funerárias e esculturas. Na capa está o Cavaleiro do Museu Machado de Castro, em Coimbra.

Embora apresentada por ordem cronológica, começando na época românica, onde, para além de considerações gerais, a primeira obra referida é o Túmulo de Egas Moniz em Paço de Sousa, os capítulos desenvolvem-se com escassa referência a períodos históricos e a maioria das obras abordadas são esculturas, o que não nos surpreende, sendo escultor quem escreve:

Fundação de Ideal
Formação de carácter
Primeira cultura artística
Propagação da cultura
Nobilitação da arte
O mar nas realizações da arte
Actividades de Cultura Universal
Grandeza, Decadência e Ressurgimento
Período de Fausto e Organização
Remate duma gloriosa Parada.

De notar que toda a primeira parte é dedicada a reflexões sobre a arte medieval e que só no VI capítulo chega ao Manuelino.

A parte final da obra refere o Naturalismo, sem se querer comprometer com a arte sua contemporânea, do século XX, da qual diz no entanto que existe *uma activa e corajosa falange de artistas e amantes das progressivas expressões plásticas, dentro da liberdades estéticas deste século tão torturado (...) arrostando com os clamores daquela antiga educação, que não sentiu o espirito do Orfeu e não aceita as modernidades do Surrealismo...*(1946:119). (NB: uma mais completa análise ideológica deste texto foi realizada em *A Historiografia da arte sob o Estado Novo*. Comunicação ao II Congresso Internacional de História da Arte — 2001. Actas publicadas em 2005: 198-203).

O livrinho que nos parece mais interessante é exactamente o *Roteiro da Arte Portuguesa*, integrando na “Campanha Nacional de Educação de Adultos”, na Série F que respeita exactamente “Arte Portuguesa. Etnografia e Folclore”. De sublinhar que a Série A respeita a “Doutrina” e pelas publicações já realizadas e aqui referidas abrange discursos de políticos do Estado Novo e a Série B se intitula “Informação e Propaganda”.

Este livro tem um total de 182 páginas, mas efectivamente são menos, porque a partir da página 119 inclui uma *Relação dos Monumentos Nacionais de Portugal*,

coordenados por Distritos e Concelhos, sendo as duas últimas páginas constituídas pelo índice, no final, como era uso à época.

A obra começa por transcrever a parte final da portaria de 27 de Março de 1953 (Diário do Governo — 2ª série, de 2 de Abril) que aprovou os programas de ensino primário para adultos, onde se sublinha que não basta “ler, escrever e contar, mas se considera que um sistema coerente de educação ... há-de conter tudo o que apresente interesse saliente, para a valorização humana e social do nosso povo” (p. 11).

Segue-se uma página com uma frase significativa, com a qual até poderemos estar de acordo, apesar do seu autor — Salazar: “Ou refazemos a vida, refazendo a educação, ou não fazemos nada de verdadeiramente útil” (p. 13).

Segue-se uma “Introdução” de dez páginas de efectiva doutrinação nos parâmetros da chamada “política do espírito”, com extensa transcrição de um despacho do Subsecretário de Estado da Educação Nacional de 6 de Fevereiro de 1954, Henrique Veiga de Macedo, em que se apela à colaboração dos professores primários “numa campanha de defesa, de valorização e, até, de melhor aproveitamento didáctico dos nossos monumentos e do nosso património arqueológico e artístico”, solicitando mesmo a denúncia de “quaisquer trabalhos clandestinos, de descobertas casuais e de destruições que estejam a ser levadas a cabo por malvadez ou ignorância” (p. 18).

São intenções louváveis, que sabemos não terem muitas vezes correspondido à realidade, dado que muitas dessas descobertas podiam interromper e prejudicar, por exemplo, os rendimentos dos grandes proprietários agrícolas.

Bastante curioso nos parece o princípio que aconselha os professores a promover “visitas explicativas aos museus, monumentos e estações arqueológicas (...) fixando as impressões dos alunos nos cadernos escolares, em forma de redacção e desenhos” (p. 20).

De seguida relata-se que no âmbito da Campanha de Educação de Adultos se têm realizado visitas a monumentos e museus de várias regiões do país, que no que respeita ao norte foram dirigidas, como adiante veremos, por Flório de Vasconcelos.

Refere-se ainda a realização de exposições itinerantes como “A História de Portugal nas obras de arte”, e a formação de orientadores de visitas a Museus e Monumentos dirigida a professores primários de todo o país. Indica-se ainda a edição de folhetos ilustrados para serem oferecidos aos alunos que visitarem os museus.

Para além disso projecta-se uma campanha de cartazes com reproduções de obras de arte a colocar em montras, carruagens de comboio, etc. assim como a divulgação dos museus na imprensa e na rádio, exibição de filmes

sobre Arte Portuguesa, ou seja todo um programa que hoje seria adequado (acrescentando-lhe a televisão). É neste contexto que se insere o livrinho que analisamos.

A obra divide-se a partir daí em duas partes: I — *A arte e a sua importância. Museus e Monumentos* (p. 27-49) e II — *Breves noções de arqueologia e história da arte*, seguidas de um *Documentário fotográfico*, a preto e branco, que se inicia nos mosaicos romanos de Conimbriga e termina com o “Retrato do Conde de Farrobo”, de Domingos Sequeira e mais algumas imagens de artes decorativas. Acresce que o texto é também ele ilustrado com desenhos de Marcelo de Moraes, que assina o da capa, e aliás colabora em obras educativas com Flório de Vasconcelos.

De todo este texto o que nos parece mais interessante é precisamente o da primeira parte já que a segunda, abordando a história propriamente dita, tem algumas incorrecções, compreensíveis à época.

A mesma está subdividida em três capítulos: *Importância histórica, social e cultural da Arte* (p. 29); *Para que servem os Museus, e porque se devem conservar as Obras de Arte* (p. 36) e *Como se deve visitar um Museu ou Monumento* (p. 45).

De notar que a *História Social da Arte e da Cultura* de Arnold Hauser foi editada em português, em dois volumes pelo Jornal do Foro, precisamente em 1954-55, exactamente na mesma altura em que este livrinho se escrevia.

Mas, para além desse facto, que pode ser coincidência, mas a verdade é que neste capítulo se fazem algumas afirmações interessantes da nossa perspectiva: “...nenhum educador, verdadeiramente digno deste nome, pode desprezar a Arte como factor de educação e o sentimento artístico dos seus alunos, como meio de completar a sua formação integral” (p. 30). E de seguida interroga-se o autor: “Como pode a Arte servir a Educação? Como pode a Educação servir-se da Arte para alcançar os seus fins?”

Logicamente as respostas de hoje e de então seriam muito diferentes, mas de qualquer modo assume-se que “a Arte exprime... as circunstâncias históricas da época em que foi praticada” (p. 30-1). É claro que de seguida se exemplifica com os períodos da nossa história mais utilizados pelo Estado Novo — o Românico em relação com a fundação da nacionalidade ou Nuno Gonçalves para a *epopeia dos Descobrimentos* (p. 32).

Mas considera-se também que a arte é “educadora do gosto” e que o povo que tem consciência do valor das obras de arte “não comete vandalismos, habitua-se a respeitar os monumentos e a apreciar os esforços realizados no sentido de os conservar e valorizar” (p. 34).

Relativamente aos museus, mais uma vez se sublinha a importância da conservação e restauro, “servindo-se dos mais modernos métodos científicos” (p. 37-38).

E sobre a conservação dos monumentos afirma-se que esta depende essencialmente do público. Por isso se deve fazer “campanha contra o péssimo hábito de escrever na cal ou entalhar letras na pedra branda” (p. 40). Hoje teríamos que acrescentar contra o péssimo hábito dos *tags* e *grafitti* indesejáveis. Deve-se ainda “combater... a tendência para tomar como alvo de pedradas as esculturas de ar livre, os azulejos (quantas figuras sem olhos se encontram em painéis de azulejos...)” (p. 40) e aqui teríamos de escolher entre os azulejos dos jardins do palácio Pombal em Oeiras ou mesmo os da Quinta dos Azulejos, no Lumiar.

Para terminar é interessante sublinhar os conselhos dados a quem vai visitar um museu ou monumento: “...é necessário, antes de mais, criar o interesse por essa visita... É preciso despertar uma certa curiosidade perante o que se vai ver... Não se deve demorar mais de uma hora numa visita desta natureza... não devemos ter a pretensão de mostrar tudo” (p. 45-46). Não podemos deixar de comparar estas recomendações com as do livro de Françoise Barbe-Gall que diz num dos seus conselhos: “Ne pas rester trop longtemps au musée (ne pas tenter de ‘tout voir’)” (2012, p. 13).

Em 1972 saía, no contexto dos chamados “Livros RTP”, uma *História da Arte em Portugal* da autoria de Flório de Vasconcelos., nascido no Porto em 1920, licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, que era o curso existente ao tempo, Conservador Adjunto dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, com experiência de docência de disciplinas da área da História da Arte, Arqueologia e Estética na Faculdade de Letras do Porto como na Escola de Belas Artes. Foi ainda professor de História da Arte dos cursos de formação de monitores da Mocidade Portuguesa Feminina e do Centro de Estudos Humanísticos do Porto. Curiosamente foi ele que organizou e dirigiu durante três anos o serviço de visitas a museus e monumentos da Campanha Nacional de Educação de Adultos, referida no contexto da publicação anterior. Foi pois este homem que sentiu a necessidade de escrever uma história da arte dirigida ao grande público já que a única existente estava esgotada e era precisamente a primeira que mencionámos da autoria de Diogo Macedo.

Na época em que foi escrita esta revela muito maior independência ideológica, optando por um âmbito essencialmente cronológico que se inicia na pré-história e prossegue até ao século XX, sendo o último artista mencionado Júlio Resende. Os capítulos, em número de 10, estão ordenados em arquitectura, escultura e pintura, sendo o 10º dedicado às Artes Decorativas.

Em “Nota Final” (1972, p. 137) o autor esclarece que o livro “constitui a primeira tentativa de dar ao público português uma síntese da evolução das artes

no nosso país” e reconhecendo as “lacunas ou defeitos” que a obra poderá ter, considera-se satisfeito se conseguir “despertar a curiosidade e o amor pelo nosso património artístico...”

Poderemos de tudo isto concluir que o Estado Novo entendeu a importância da Educação Artística e Patrimonial na defesa do património como na criação de uma identidade nacional, assente em valores históricos à semelhança de outras ditaduras europeias; investiu na salvaguarda e restauro do património, embora com critérios que hoje consideramos discutíveis; compreendeu a importância da divulgação através dos meios disponíveis à época.

Não podemos concordar com os pressupostos doutrinários do regime, mas temos de reconhecer que estamos em certa medida aquém do que foi feito. É urgente haver publicações acessíveis, em preço, em dimensão, em clareza do discurso.

Fica o desafio aos jovens professores e educadores que o poderão fazer sob orientação dos seus professores.

Referências

- Barbe-Gall, Françoise (2012) *Comment parler d'art aux enfants*. Paris: Le Baron Perché.
- Calado, Maria Margarida Teixeira Barradas (2005) *A historiografia da arte sob o Estado Novo*. Separata da obra *II Congresso Internacional de História da Arte — 2001*. Actas. Coimbra: Almedina, p. 183-204
- Macedo, Diogo (1946) *Sumário Histórico das Artes Plásticas em Portugal*. (Coleção para o Povo e para as Escolas). Porto: Livraria Tavares Martins.
- Rosas, Fernando (1994) *O Estado Novo (1926-1974)*. In Mattoso, José (direcção) *História de Portugal*. 7.º volume. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Roteiro da Arte Portuguesa [> 1954]*. Coleção Educativa. Série F — Número 1. Campanha Nacional de Educação de Adultos (Plano de Educação Popular XII)
- Vasconcelos, Flório (1972) *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Verbo (Livros RTP).